



**V CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO  
SOCIAL: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS  
VI SEMINÁRIO NACIONAL DE TERROTÓRIO E GESTÃO DE  
POLÍTICAS SOCIAIS  
V CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

**EIXO: MOVIMENTOS SOCIAIS E PARTICIPAÇÃO SOCIAL**

**Brasil, um século de luta pela Democracia.**

**João Carlos Mendonça Didier Silva Peixe<sup>1</sup>**

**Gabriel Lírio Didier Peixe<sup>2</sup>**

**Resumo:** Este artigo pretende demonstrar que a luta pela democracia no Brasil, prestes a completar um século, é definitivamente um objetivo dos Movimentos Sociais e dos Movimentos Sindicais de trabalhadoras e trabalhadores instituídos neste país. A metodologia aplicada será a Histórico/Dialética. Os dados oficiais demonstram o resultado de um conjunto de políticas desfavoráveis formuladas e implementadas a partir do Golpe de 2016 e na crescente perda de direitos sociais da classe trabalhadora, numa lógica "novo-neoliberal". Analisaremos ainda conquistas da Constituição Federal de 1988 e o período posterior de refluxo, meio a um Golpe à Democracia no Brasil e uma pandemia mortal.

**Palavras-chave:** Movimentos Sociais; Brasil; Desenvolvimento como Liberdade; Novo-Neoliberalismo; Golpe Institucional de 2016.

**Brazil, a century of struggle for democracy**

**Abstract:** This article aims to demonstrate that the struggle for democracy in Brazil, which is about to turn a century old, is definitely an objective of the Social Movements and Trade Union Movements established in this country. The methodology applied will be Historical/Dialectical. The official data shows the result of a set of unfavorable policies formulated and implemented since the 2016 coup and the growing loss of social rights for the working class, in a "new-neoliberal" logic. We will also analyze the achievements of the Federal Constitution of 1988 and the subsequent period of reflux, in the midst of a coup against democracy in Brazil and a deadly pandemic.

**Keywords:** Social movements; Brazil; Development as Freedom; New-Neoliberalism; 2016 Institutional Coup.

<sup>1</sup>Doutorando do PPG do Departamento de Serviço Social da PUC-Rio. Professor de Sociologia – SEEDU/RJ. E-mail: joacarlospeixe@yahoo.com.br

<sup>2</sup>Advogado Trabalhista, Mestrando do PPG Direito UFF. Email: liriogabriel1997@gmail.com



## 1 – INTRODUÇÃO

A década de 30 do século XX marcou a entrada do Brasil para a cena industrial. A partir daí nota-se um processo de urbanização acentuado, corrida do campo para as cidades, agudização da questão social, nascimento dos movimentos sociais com forte presença sindical, surgimento de políticas públicas próprias ao estágio de desenvolvimento que se inicia.

Segundo Bem:

A histórica dicotomia entre Estado e sociedade no Brasil, expõe um modelo de Estado constituído em franca oposição aos interesses populares, originando consequentemente modelos de industrialização e urbanização autoritários, desestruturantes e altamente expropriadores. (Bem 2006, p.1146)

Tal período foi marcado também, segundo Bem (2006), pela criação de ordenamentos jurídicos novos e o início da intervenção do Estado na economia e na sociedade.

Em 1934, sob o comando de Getúlio Vargas o Brasil vê nascer uma Constituição que reconhece os sindicatos e as associações profissionais, criou a Justiça do Trabalho, a Justiça Eleitoral e estendeu o direito do voto às mulheres e aos maiores de 18 anos.

Em 1937, após curto período democrático, mas de também acentuada polarização ideológica, Getúlio recebe apoio do Congresso e dos militares para o golpe que determina o início ditatorial do Estado Novo, assim como uma nova Constituição, desta vez de inclinação fascista.

Vargas aniquila a autonomia sindical e partidária, além de intervir nos estados. Os movimentos sociais entraram em um processo de refluxo.

Esse fato comprova a tese de Bem (2006) sobre a centralidade dos movimentos sociais como chave explicativa para a interpretação da história brasileira.

Segundo Bem:

No período em foco, é o recrudescimento desses movimentos na cenapolítica nacional que fornece as ferramentas explicativas para a compreensão desse momento específico. Muitos movimentos sociais foram “abafados” pelo clima de repressão política e pelo terrorismo estatal iniciados com a ditadura. (Bem 2006, p.1148)

Segundo Bem (2006), a partir de 1940 se dá no Brasil a emergência das classes populares.

Por meio de políticas sociais clientelistas, afirma Bem (2006), a urbanização brasileira firma-se carente em serviços de atendimento a uma coletividade empobrecida geralmente



situada nas periferias dos grandes centros.

Com o processo de redemocratização iniciado em 1945, e correlato enfraquecimento dos mecanismos de controle autoritário, a participação social se faz notar no Brasil, a partir de um retorno das disputas político-partidárias e “ressurgimento”, lato, dos movimentos sociais, marcadamente o sindical.

Sobre a Constituição de 1946, afirma Bem:

Essa Constituição, conhecida como uma das mais liberais do país restabeleceu a independência dos poderes e a autonomia dos estados, o direito à greve e regulamentou a organização sindical, apesar de tê-la mantido atrelado ao Estado. (Bem, 2006. P.1149)

O Brasil inicia então um processo de industrialização baseado na substituição das importações, com forte investimento estrangeiro e maciça migração interna. O país experimenta um período de fortalecimento das lutas por direitos, num leque amplo, indo da Educação à Habitação, passando pelo direito ao Trabalho e à Saúde.

Sobre esse período afirma Bem (2006): (...) embora tenha de fato contribuído para alterar consideravelmente os indicadores de crescimento econômico, manteve uma grande concentração de renda, calcada sobre um tremendo arrocho salarial sobre as classes populares”. (Bem, 2006. P.1149)

Com o aquecimento interno das lutas no campo e nas cidades, nota-se um movimento contraditório ao reiniciado em 1945. As correntes conservadoras nacionais lideradas por militares, grandes proprietários rurais, burguesia e parte do clero, com apoio estadunidense, unem-se no sentido de combater uma possível tendência de aproximação ideológica, econômica e social às esquerdas comunistas. Dissemina-se uma propaganda de ultradireita que busca uma ruptura total com os ideais comunistas do leste europeu, e culmina com o golpe militar de 1964.

Segundo Bem (2006), à implantação da ditadura no Brasil seguem-se o desmantelamento de vários movimentos sociais e o surgimento de laços primários de solidariedade, o que segundo o autor é comprovado pela formação mais variada de associações, grupos, clubes ou como aponta o autor citando Brant (1983): (...) uma variada gama de movimentos localizados e dispersos fundamentavam-se na confiança direta entre os membros e na consciência de seu desamparo diante das instituições mais vastas. (Brant, 1983, p. 13, APUD Bem, 2006, p.1150)

Complementando, Bem (2006) cita Gohn (1995), afirmando que ao processo de fechamento institucional implantado pela mão de um Estado fascista, nota-se a união



desses movimentos nascidos e fortalecidos na clandestinidade no sentido de: (...) resistir ao avanço do modelo de desenvolvimento do capitalismo industrializante implantado no país, possibilitado pela aliança entre os militares, o capital estrangeiro, o empresariado nacional e a nova tecnocracia. (Gohn, 1995, p. 101, APUD Bem 2006, p. 1151).

Segundo Bem (2006), a década de 1980 surge descortinando um horizonte de liberdades apontado pelas lutas sociais do período ditatorial. Os anos 80 foram marcantes pela proliferação de movimentos sociais abrangentes, que segundo o autor, abarcaram as questões das mulheres, as questões étnico-raciais, as questões sócio ambientais, etc.

Segundo Bem (2006): (...) no período entre 1985 e 1988, o amplo movimento pela Constituinte responsável pela nova Carta Constitucional (1988), que introduziu vários dispositivos centrados na garantia de direitos sociais. (Bem, 2006, p. 1153)

Citando Evers (1984), afirma Bem (2006): Tais movimentos impuseram uma marcação que passou a situá-los para além da dicotomia alienação-identidade e forjaram rupturas entre eles e o seu conhecimento, originando uma verdadeira contracultura micrológica. (Evers, 1984. APUD, Bem 2006, p.115).

## **2 – BRASIL 2000/2010, DÉCADA DE CRESCIMENTO ECONÔMICO COM DIMINUIÇÃO DAS DESIGUALDADES.**

O Brasil conseguiu atingir, nos fins da primeira década dos anos 2000, o menor nível de desigualdade de renda da história. A conclusão é de uma pesquisa divulgada pelo Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas (FGV). O estudo toma como base o índice de Gini, que começou a ser calculado nos anos 60.

O estudo mostra que a renda per capita dos 10% mais pobres cresceu 69% entre 2001 e 2009. Entre os 10% mais ricos, o ganho foi de 12,58%. A renda per capita média do brasileiro neste período subiu 23,7% em termos reais.

Apesar do bom resultado, a desigualdade de renda medida pelo índice de Gini no Brasil ainda está abaixo dos padrões dos países de primeiro mundo. O índice de Gini brasileiro está em 0,5304, acima do de 0,42 dos Estados Unidos.

Desde o Real, a pobreza caiu 67,3%. Só no ano passado, a queda foi de 16%. O avanço na redução da desigualdade nos últimos 17 anos é comparável a uma evolução que supera, em termos percentuais, a primeira meta do milênio da ONU, que é reduzir em 50% a pobreza no prazo de 25 anos.



De 1º de julho de 1994 – início do Real – a 31 de dezembro de 2002 – fim do governo Fernando Henrique Cardoso – a pobreza caiu 31,9%. Na era Lula – janeiro de 2003 a dezembro de 2010 – a redução foi de 50,6%.

A educação foi o principal fator de elevação de renda para os brasileiros historicamente menos favorecidos na última década.

Se forem considerados apenas os avanços proporcionados pela educação na renda dos brasileiros a renda da população mais pobre cresceu 55,6% contra 8,12% dos mais favorecidos.

No Nordeste, indica a pesquisa, a renda da população subiu 41,8%, contra 15,8% no Sudeste. Três quartos dessa elevação se devem aos avanços na educação da população nordestina – os demais fatores são programas sociais (chamado de renda não-trabalho).

Quando o aumento de renda considera apenas o acréscimo proporcionado pelos programas sociais, encontra-se, entre os mais pobres, um crescimento de apenas 14,18% a mais que os mais ricos.

A pesquisa divulgada considera, também, o que foi chamado de “desigualdade horizontal”, que consiste em uma análise dos avanços da distribuição de renda entre perfis específicos. Os pesquisadores levaram em conta variações por gênero, raça, escolaridade e regiões do país: “... é como se o mercado de trabalho para homens e brancos estivesse estagnado, enquanto há expansão para negros e mulheres”.

A pesquisa aponta que a renda das mulheres subiu 38%. O aumento no rendimento das mulheres é 17,8% superior ao observado entre os homens, e se explica, segundo o relatório da pesquisa, pelo crescimento da presença das mulheres no mercado de trabalho.

Apesar do avanço da educação ter sido maior entre os homens, a participação feminina na renda foi compensada pela maior presença do sexo feminino entre os beneficiados por programas sociais.

A pesquisa de desigualdade constatou também que a renda dos que se declaram “pretos” e “pardos” subiu, respectivamente, 43,1% e 48,5% entre 2001 e 2009. Entre os brancos, o crescimento foi de 20,1%. Agrupados, pretos e brancos têm um crescimento de renda de 19,06%, enquanto pardos e brancos têm aumento de 24,61%. Essa vantagem em relação aos que se declararam pardos se dá, segundo os pesquisadores, em função do “efeito-educação”, que proporcionou uma diferença de 14 pontos percentuais entre os dois grupos.

No Nordeste, a renda do brasileiro, no período estudado, subiu 41,8%, contra 15,8% no Sudeste. Comparando os extremos do Brasil, a renda sobe 46,8% no Maranhão – inicialmente o estado mais pobre do país – contra 7,2% em São Paulo, o estado mais rico em 2001.



Os pesquisadores também se debruçaram sobre as capitais, e constataram que em Teresina, com 56,2% de crescimento, teve o maior aumento de renda. Fortaleza foi a cidade que obteve o maior crescimento de renda nas áreas periféricas, alcançando 52,3%. Comparando esses números com São Paulo, a pesquisa encontrou, na capital, 2,3% de elevação, com 13,1% de aumento na periferia. O padrão de maior aumento nas periferias, em relação à capital, se reproduziu em sete das nove grandes metrópoles brasileiras.

### **3 - DO NEOLIBERALISMO AO “NOVO-NEOLIBERALISMO”.**

Segundo Dardot e Laval (2019), o neoliberalismo tem se reforçado como sistema de poder. Há que se discernir o caráter tanto plástico/hermético quanto plural/vascularizado do neoliberalismo e sua conseqüente radicalização. Para tanto os autores propõem um aprofundamento na análise, um estudo da anatomia do sistema, afim que possamos compreender o que é categorizado como novo neoliberalismo. O Conceito de neoliberalismo clássico conjuga políticas econômicas baseadas no Laissez-faire de anatomia liberal e o sistema político democrático. Governos caracterizados por seus radicalismos no campo econômico, sustentados e realimentados por suas próprias crises, reforçadas indefinidamente. Ainda, sob a imposição de políticas monetaristas e de austeridade, da mercantilização das relações sociais e da ditadura dos mercados financeiros, os autores defendem que a essas observações analíticas sobre o sistema soma-se à racionalidade mundial que consiste em impor por parte dos governos, na economia, na sociedade e no próprio Estado a lógica do Capital operando sobre as subjetividades e a própria existência. Um sistema mundial de poder, comandado pelo imperativo de sua própria manutenção. Se no passado, como afixado, os autores indicam a existência de um neoliberalismo calcado no Liberalismo clássico de bases exclusivamente democráticas, “hoje” apontam para uma metamorfose do sistema com a radicalização econômico-financeira global associada ao fechamento de fronteiras, culto à soberania do Estado, construção de muros, ofensiva radical contra os Direitos Humanos; para tal utilizando como justificativa a segurança interna da nação.

É preciso entender essa metamorfose, evitando assim dois erros listados por Dardot e Laval (2019), a confusão entre neoliberalismo e ultra liberalismo, ou libertarismo, ou o retorno a Adam Smith, ou Estado mínimo, etc., e ainda, a explicação, errônea segundo os autores, de que nos encontramos frente a um novo fascismo neoliberal ou um momento neofascista do neoliberalismo. Sintetizando, Dardot e Laval (2019), ratificam que o neoliberalismo gerou o que Antônio Gramsci denominou monstros, frente a um duplo



processo: desfiliação da comunidade política; adesão a princípios etno-identitários e autoritários, colocando à prova o funcionamento normal das democracias liberais. Segundo os autores o liberalismo clássico suportou concessões às massas acima do que poderia suportar, tais concessões nomeadas justiça social ou democracia liberal foram abruptamente atacadas por teóricos neoliberais. Tais teóricos imprimiram uma ordem de competição entre atores imaginariamente instalados nessa paisagem de pretensa “paz social”, os homens econômicos dotados da meritocracia dos capitais humanos, em luta uns contra os outros. Tal campo de batalha, instalado em sociedades, estremeceram as relações sociais e políticas modernas, gerando ressentimento progressivo e cólera inter-relacional, deliberadamente provocada.

O neoliberalismo engendrou uma crise profunda na democracia liberal-social, cujo resultado tem sido a ascensão de regimes autoritários e dos partidos de extrema direita. Segundo os autores o atual processo em andamento é uma versão original da racionalidade liberal com uma roupagem discursiva de retórica ultranacionalista da soberania, de estilo populista, reforçando e radicalizando o domínio do capital sobre a sociedade.

Segundo Dardot e Laval (2019), tanto no plano simbólico quanto no institucional, o princípio da competitividade, engendrado propositalmente, adquire um caráter constitucional. Para os autores a democracia liberal-social nada mais é que a moldura jurídico-política de um Governo de guerra em que a não adesão marca cidadãos como traidores não patriotas. A relação entre essas duas dimensões, a radicalização da estratégia neoliberal e o paradigma militar da guerra contra insurgente, de matriz civil, é o que acelera a desdemocratização. Dardot e Laval (2019) por fim afirmam que é graças à canalização de ressentimentos e ódio pelo lado oposto, engendrada por políticos das extremas direita e esquerda, sob as promessas de proteção às massas situadas em cada extremo que o exercício do poder neoliberal pela lei, hora convertida em instrumento privilegiado da luta do neoliberalismo contra a democracia que assistimos a um estado de direito sendo implodido, transformado em arma de guerra contra a sociedade.

#### **4 - A DERROCADA DO ARCABOUÇO PROTETIVO INSTITUCIONAL LEGAL - MOVIMENTOS SOCIAIS E SUAS LUTAS EM REFLUXO.**

Após claudicante retorno ao sistema democrático regular, fruto da luta da Classe Trabalhadora, o Brasil passou por momentos muito difíceis, não só no campo econômico. O Brasil até 2004 vivia numa gangorra de intermitência inconclusa no que se refere à Cidadania plena. A visão de um marco civilizatório como a Constituição Federal de 1988 não era aplicada praticamente à totalidade do povo brasileiro. Contudo, apesar de



questionamentos acerca dos métodos, como por exemplo o de inclusão cidadã pelo consumo reprimido que abatia grande parte da sociedade brasileira, o país avançou. Experimentou crescimento econômico e diminuição do índice de Gini; difusão de Direitos para “minorias” nunca jamais atingidas anteriormente por políticas públicas; teve sua população majoritariamente negra e parda assumindo suas transcendências com honra, mesmo que por intermédio de uma política inclusiva transitória; pudemos notar um êxodo migratório “ao contrário”, a população nordestina voltando para sua terra natal, com investimentos em infraestrutura, salários e qualidade de vida; o Brasil teve um momento tão grandioso que as sucessivas crises econômicas mundiais foram sendo dribladas por políticas internas baseadas em distribuição de renda e aumento real do salário mínimo. Assim sendo, mesmo após o fim do ciclo 2002/2010, ainda vivenciamos um “delay” de pelo menos 2 anos, quando a situação interna começa a mudar.

Em 2013 iniciam-se as movimentações políticas e sociais que viriam a determinar o que hoje constatamos. A soma de lutas pelo poder político aliadas a auspícios capitalistas, antes beneficiados, pró esfacelamento das Instituições brasileiras redundaram em instabilidade social crescente, disseminação de ideias de ruptura institucional e ingerência brutal do judiciário na vida dos brasileiros e brasileiras, que se viram, naquele momento, tomados por uma indignação profunda frente às denúncias de corrupção e desvios que conviviam com a precarização da qualidade de vida.

Estava ali lançada a pedra fundamental do GOLPE de 2016 no Brasil. Incitado por uma corrente política ávida por poder e fundos, aliada às elites, igualmente golpistas, situadas no Judiciário; na Academia; nos Sindicatos patronais e de Trabalhadores; na classe média ressentida por ter que aturar uma negra dividindo os bancos escolares e acadêmicos com seus filhinhos “meritocráticamente” brancos; na inveja internacional lato e estadunidense stricto por ter perdido, temporariamente, o seu quintal de investimentos espúrios; estava ali lançada a infâmia que tornou o Brasil um país, hoje, apontado como pária para o mundo.

Portanto, considero limitável intelectualmente e menor no aspecto da disseminação do conhecimento, lato senso, atribuir a um motivo específico a derrocada dessa nação, outrora por mim chamada Brasil. Atribuir ao Neoliberalismo é pouco, o Brasil conviveu com o Capitalismo tentando-o tornar democrático, inclusive tendo um presidente que só foi eleito quando montou chapa com um industrial representante do Capital. Atribuir somente ao imperialismo estadunidense é pouco, sozinha a ingerência internacional não teria afetado de morte tão nobre nação. Os esfacelamentos do caldo social, do arcabouço institucional legal do Trabalhador, das Instituições, formam apensos à infelicidade popular, à volta do flagelo da fome, ao esvaziamento do campo científico e educacional, ao ataque aos Direitos



Humanos, à miséria crescente plasmada na estupenda explosão da população de rua nas grandes capitais, à violência estrutural e endêmica, etc.

Este Artigo, por falta de espaço normativo, não dará conta de todo o cabedal científico e de dados que sustentam tal tese. Usando o espaço regimental proposto pela chamada editorial apontarei, então, dois aspectos que corroboram para esse conluio interno/externo que propiciou o encaminhamento desse Projeto de Poder, coletivo, nefasto, que arrastou o Brasil para o abismo social e para a ruptura democrática, aproximando-o da tragédia proposta pela soma Desregulamentação Econômica/Estado Fascista, cópia fidedigna do sistema chileno do século XX de Friedman/Pinochet.

Com o intuito de deixar mais claro esse conluio “multidisciplinar” que visou a implementação de um Projeto de Poder, hora vigente, ou ainda, o atual status quo no Brasil, lançarei mão de dois gráficos, analisando-os separadamente e depois em síntese, para não perder o foco dialético, pelo menos na escrita.

### Gráfico 1 - Taxa média anual de desemprego (%) no Brasil – 1993–2018

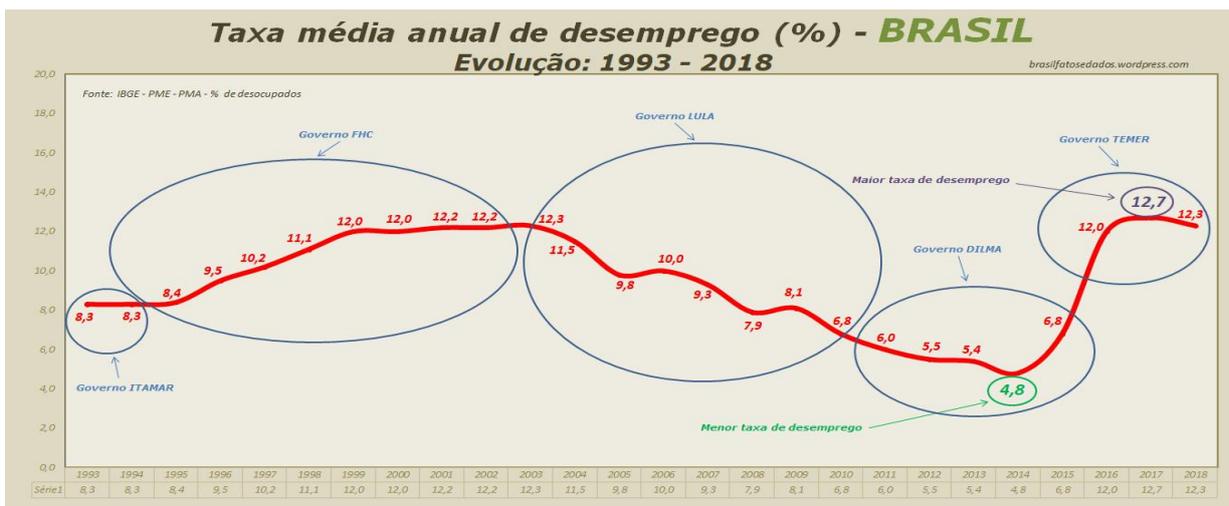


Gráfico 1: Taxa média anual de desemprego (%) no Brasil – 1993–2018

Fonte: [brasilfatosdados.files.wordpress.com/2010/09/taxa-mc3a9dia-de-desemprego-brasil-1993-2018.png](http://brasilfatosdados.files.wordpress.com/2010/09/taxa-mc3a9dia-de-desemprego-brasil-1993-2018.png)

Ao analisarmos o gráfico 1, que trata das taxas médias anuais de desemprego em percentuais na série histórica 1993-2018, podemos tirar algumas conclusões.

É falso que as taxas de desemprego, atualmente estratosféricas sejam resultado da pandemia de COVID-19 iniciada em 2020. O desemprego no Brasil deu um salto a partir de 2015, quando a não aceitação da derrota nas urnas pelo Sr. Aécio Neves deu início a um longo período de ingovernabilidade e luta desenfreada pelo poder político, caracterizando um ataque frontal à democracia no Brasil e já desenhando o que estava por vir.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este Artigo é uma tentativa de, ao reunir parte da nossa produção acadêmica e visita por revisões bibliográficas de autores das Ciências Sociais, compreender o que se passou com o Brasil. Como um país após ter avançado vertiginosamente em Direitos, sendo inclusive citado como exemplo para o mundo, está às beiras da ruína social, moral e ética, ou para os adeptos do “terraplanismo”, à beira do abismo?

É falso que os ataques à CLT tinham a intenção de criar postos de emprego. O Brasil passou por momento de tendências ao pleno emprego<sup>3</sup> entre 2012 e 2014 fartamente atacado por uma elite acadêmica das Ciências Sociais. Segundo essa corrente, quase hegemônica, que dava voz a uma elite empresarial capitalista, o pleno emprego ia contra o Mercado, fazendo pressionar os salários para cima, afastando investimentos externos e indo contra as Leis, segundo eles, do Mercado de Trabalho no Brasil. Bom frisar que esses APHs – Aparelhos Privados de Hegemonia, formaram-se em Universidades, como a PUC-Rio, por exemplo, citada em recente artigo da Professora Virginia Fontes, de título: “Hegemonismos e Política – que Democracia?”, em sua décima nona página e que está referenciado.

A partir de 2013 deu-se o início ao desmonte do arcabouço institucional legal do Trabalhador no Brasil. O ataque à súmula 331 do TST que tratava da Terceirização de mão-de-obra no Brasil sob a alegação de insegurança jurídica, foi o *start* para liberar não só a Terceirização de mão-de-obra por Lei, já em 2017, como a cabo vieram o que denominaram Reformas. Reformaram a CLT, a Previdência Social, os Sindicatos, ou seja, destruíram um sistema de proteção social que levou mais de 70 anos para ser formulado e colocado em prática.

Nem com tudo isso, com essa desregulamentação forçada, obtiveram algum efeito positivo sobre o Mercado de Trabalho. Muito pelo contrário, o que hoje se vivência no *Brazil* é a precarização total, quase um retorno às relações serviçais pré marco civilizacional no Brasil.

Ao flagelo do desemprego crescente até 2019 no *Brazil* soma-se a pandemia de COVID-19, trazendo consigo um processo de estagnação econômica potente, fechamento de vagas remanescentes num Mercado de Trabalho já combalido que eleva as taxas de desemprego a 14,6% no terceiro trimestre de 2020 (IBGE).

O interessante sobre o debate acerca das Relações de Trabalho no *Brazil* em 2021 é a busca no cerne acadêmico intelectual científico, por um arcabouço teórico que dê conta de ideia de que é fundamental entender a vida miserável do Trabalhador como um novo

---

<sup>3</sup> Quando analisamos o emprego efetivamente formal, portanto, o que se caracterizava por ser regulado pela CLT, antes do desmanche.



processo de ataques “novo neoliberais” estrangeiros à economia nacional, ou tentar fundamentar conceitualmente o papel da miséria humana subjacente ao que denominaram “uberização” do Mercado de Trabalho, das relações sociais, da vida e da morte. Hora, o que antes conceituado por Domenico DeMasi como *ócio produtivo* fruto do não-trabalho perde valor científico a partir do momento em que as Relações de Trabalho estão transmutadas a uma referência pré-colonial, escravagista.

Aliás, chama atenção no *Brazil 2021* a convergência nas atitudes de alguns segmentos sociais que parecem tocados pelo mesmo apito do pastor que leva o rebanho ao pasto. Muito semelhante à atitude do legislador eleito em 2018 que pede a volta do AI-5 é a atitude não proativa do acadêmico que em meio à explosão da prostituição infantil no *Brazil* debruça-se sobre questões Culturais de Pemba, no Norte de Moçambique, que mesmo atacada pelo Estado Islâmico mantém seus ritos de corte do hímen de meninas, ou ainda de Cientistas Sociais que em meio à fome, miséria e morte de uma crescente população em estado de moradia na rua continuam na sua inócua produção em tentativas de regularização fundiária nas favelas, isso em meio a um ambiente de ataque às Instituições de Ensino Superior no *Brazil*, com corte de verbas de fomento para a pesquisa e desenvolvimento científico, numa perspectiva de fim de Ministério da Educação como aconteceu com o Ministério do Trabalho e Emprego.

## Gráfico 2 - Confiança de investidores externos



Gráfico 2: Confiança de investidores externos - brasil – 2002–2019

Fonte: [brasilfotosedados.files.wordpress.com/2014/08/confianc3a7a-investimentos-externos.jpg](https://brasilfotosedados.files.wordpress.com/2014/08/confianc3a7a-investimentos-externos.jpg)

À guisa de concluir estas considerações intermediárias lanço mão do gráfico 2 para que possamos não só corroborar com as alegações de que, sim houve interferência externa no Golpe de 2016 no Brasil, como pode ser cientificamente provada. Utilizando apenas 2 gráficos pode-se sustentar a tese de Projeto de Poder calcado em um Golpe à democracia no Brasil em 2016 e ainda sustentar que o que a corrente acadêmica golpista em 2016,



hegemônica no Brasil na altura, teve, tem e terá apoio externo na implementação de políticas que destruam, de uma vez por todas, qualquer resquício de aparente aparato protetivo a seu povo.

Notem a convergência das curvas dos dois gráficos quando tratamos de diminuição das taxas de desemprego entre 2004 e 2014 e de baixíssimo interesse de investidores externos nessa mesma série histórica. É notório que à rubrica desse gráfico 2 está ligado não o interesse de investimentos externos em meios de produção promotores do desenvolvimento nacional, mas sim à venda do patrimônio nacional material e imaterial, suas riquezas extrativas, sociais, culturais, enfim, transformar o Brasil em *Brazil*.

O processo está em curso, todavia ainda não concluíram o desmonte do arcabouço protetivo e garantidor da democracia no *Brazil*, talvez pelo mesmo motivo refreador da ânsia fascista nos EUA. Cabe à Academia, parte dela auspiciadora e mantenedora do Golpe de 2016 no Brasil, não apenas fazer autocrítica sobre o apoio a essa opção trágica, cabe sim traçar propostas e projetos de reconstrução nacional meio ao processo de destruição em curso. Ou seja, cabe à Academia trocar a roda do carro com o mesmo em movimento.



## REFERÊNCIAS

BEM, Arim. S, do. **A centralidade dos movimentos sociais na articulação entre o Estado e a sociedade brasileira nos séculos XIX E XX**. Educ. Soc., Campinas, vol. 27, n. 97, p. 1137-1157, set/dez. 2006.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **Anatomía del nuevo neoliberalismo**. VientoSur, n. 164, de 19 de julho de 2019.

FONTES, Virginia. **Hegemonismos e Política – que Democracia?** In: MATTOS, Marcelo Badaró – Estado e formas de dominação no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro, Ed. Consequência, 2017, pp. 207-236. ISBN – 9788569437239.

PEIXE, João. C. M. D. S. - **Brasil: uma década de crescimento com diminuição das desigualdades**. In: 2º Conferência do Desenvolvimento - CODE/IPEA, 2011, Brasília, DF, 2011, Brasília.

## Sítios visitados

- ✓ <https://www.ipea.gov.br/code2011/chamada2011/pdf/area2/area2-artigo32.pdf>. Acesso em 12/02/2023, às 15h.
- ✓ <https://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2009/comentarios2009.pdf> - acesso em 12/02/2023, às 18h.
- ✓ [https://www.pnud.org.br/pobreza\\_desigualdade/reportagens/index.php?id01=3596&lay=pde](https://www.pnud.org.br/pobreza_desigualdade/reportagens/index.php?id01=3596&lay=pde) – acesso em 12/02/2023, às 19h.
- ✓ <https://veja.abril.com.br/politica/brasil-atingiu-em-2010-menor-patamar-historico-de-desigualdade-de-renda/> - acesso em 12/02/2023, às 20h.
- ✓ [http://grupodetrabalhoorientacao.com.br/Virginia\\_Fontes/capituloslivros/Hegemonismo-e-politica.pdf](http://grupodetrabalhoorientacao.com.br/Virginia_Fontes/capituloslivros/Hegemonismo-e-politica.pdf). Acesso em 12/02/2023, às 23h.